

San Tiago Dantas: Democracia, Autonomia e Desenvolvimento

Williams Gonçalves

Doutor em Sociologia (USP), Prof. do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UERJ e Conferencista Especial da ESG.

Resumo

O tema do artigo é o pensamento de San Tiago Dantas. O objetivo do autor é relacionar as idéias de San Tiago com a atual conjuntura brasileira, especialmente com a inserção do Brasil no sistema internacional. O argumento central é que San Tiago deu fundamental contribuição intelectual ao pensamento político brasileiro ao pensar as bases do desenvolvimento em condições políticas democráticas como condição para alcançar autonomia nas decisões referentes às relações internacionais.

Palavras chaves: Política Externa. Democracia. Autonomia. Desenvolvimento. Relações Internacionais.

Abstract

The present work is about the thinker San Tiago Dantas. The objective of the author is to associate the San Tiago idea's with the topical brazilian's historical moment, especially with the participation of the country in the international system. The central argument of the article is that San Tiago gave fundamental contribution to brazilian political thought when worked ideas about development in democratic political condition's in order to catch up autonomy in the context of the international relations.

Keywords: Foreign Policy. Democracy. Autonomy. Development. International Relations.

Introdução

É objetivo deste texto retornar ao pensamento de San Tiago Dantas. Por que ele? Porque San Tiago forma a matriz teórica do pensamento

social e político brasileiro que se orienta no sentido de promover o desenvolvimento em condições democráticas para que o Brasil alcance a autonomia no meio internacional. Em virtude da atualidade de suas ideias, julga-se, portanto, oportuno retomá-las, buscando, desta maneira, inspiração para enfrentar o desafio que a época nos apresenta. Assim o fazemos por entender que os clássicos se oferecem como a melhor leitura para a reflexão sobre os momentos de incerteza.

Porém, antes de dar início à apresentação propriamente dita, deseja-se advertir os leitores que a tarefa proposta não é nada fácil. Apesar de ter deixado para a posteridade grande quantidade de material escrito, compreendendo ensaios, discursos e pareceres, San Tiago Dantas não publicou nenhuma obra expondo suas ideias de maneira sistemática. O que se encontrou impresso foi produzido por amigos e discípulos que se dispuseram a reunir materiais dispersos. No caso dos textos jurídicos, por exemplo, foram seus alunos que reuniram apontamentos de sala de aula, transformando aquelas anotações em autêntico trabalho clássico do saber jurídico nacional. Clássico porque não superado pela história, pois continua sendo lido e discutido pelos juristas atuais. Talvez por essa razão, muitos dos estudos sobre o pensamento de San Tiago Dantas sejam constituídos de ensaios assinados por amigos e discípulos, vários deles de vida profissional a serviço do Estado, especialmente à diplomacia, e não propriamente por intelectuais universitários. Entre esses ensaístas que nos ajudam a conhecer os trabalhos do autor, citam-se, entre outros, Marcílio Marques Moreira, Hélio Jaguaribe, Celso Lafer, Renato Archer, Gelson Fonseca Jr. e Celso Amorim, para ficar só com aqueles que dedicaram e têm dedicado suas vidas principalmente ao estudo e à prática da diplomacia.

I

Feitos esses breves esclarecimentos, passemos, pois, à apresentação de San Tiago Dantas.

Francisco Clementino de San Tiago Dantas nasceu em outubro de 1911 e seu óbito ocorreu em setembro de 1964. Incrivelmente precoce, inicia a vida pública em 1930, quando cursava o 3º ano da Faculdade de Direito¹. Seu período de vida pública é balizado, portanto, por duas datas emblemáticas. A primeira vem da Revolução por meio da qual se deu, no Brasil, o início do consenso industrial. Um redirecionamento da

economia brasileira como única saída possível ante a quebra da produção dominante do café, até então sustentáculo da economia nacional, que não resistiu ao impacto da crise de outubro de 1929 nos Estados Unidos. A segunda data, por sua vez, vem da vitória da solução conservadora sobre a solução de esquerda para resolver o impasse políticas diante das reformas que se tornaram necessárias, dados os desdobramentos positivos do consenso desenvolvimentista formado na segunda metade da década de 1950.

A sua vida pública se dividiu em três fases bem demarcadas. A primeira, a fase da juventude, foi aquela da militância política. A segunda, já na maturidade, esteve inteiramente voltada para o Direito. E a terceira fase, a do apogeu na vida pública, consagrada mais uma vez à política².

A atividade política de San Tiago iniciou-se numa conjuntura, tanto nacional como internacional, em que se cobrava convicção e decisão. O ideário liberal, em todas suas dimensões (a econômica, a política e a filosófica), tinha sido lançado no descrédito ao não conseguir apresentar respostas satisfatórias à crise econômica que abalara o capitalismo no período entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial. Em toda parte o espectro político apresentava-se fortemente bipolarizado. Num lado, o marxismo-leninismo. Noutro, o fascismo. San Tiago, por sua vez, por seu caráter nacionalista e proveniente de meio intelectual católico, inclinou-se, inicialmente, em favor do Integralismo liderado por Plínio Salgado, mas logo se afastou dele quando sua liderança passou a revelar posições abertamente fascistas.

Começou a carreira jurídica aos vinte e seis anos, quando se tornou professor titular da cátedra de Legislação na Faculdade de Belas Artes da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. Três anos depois, em 1940, passou a professor titular da cadeira de Direito Civil da Faculdade de Direito da mesma universidade. E, em 1941, foi nomeado diretor da Faculdade de Filosofia ainda naquela universidade.

Como afirma Seabra Cruz Jr., “a contribuição de San Tiago Dantas para o Direito, e somente para o Direito, já o inscreveria no panteão dos maiores juristas e intelectuais brasileiros”³. Interessado nos diversos ramos do Direito, público e privado, nosso diplomata fascinava os estudantes com sua capacidade de pensar os fundamentos jurídicos à luz da realidade social da época, demonstrando a importância do Direito como instrumento de consolidação das lentas e irreversíveis mudanças sociais, ao mesmo tempo em que redigia valorizados pareceres jurídicos e, com trabalhos expressivos, contribuía com o governo.

O retorno de San Tiago à vida política aconteceu em meados dos anos cinquenta. Isso se formalizou mediante sua filiação ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), em 1956. Como membro do PTB, partido criado em 1945, sob influência direta de Getúlio Vargas, e orientado para atender as demandas das massas trabalhadoras, elegeu-se deputado federal pelo Estado de Minas Gerais, em 1958. De setembro de 1961 a julho de 1962, exerceu o cargo de Ministro das Relações Exteriores na fugaz República Parlamentarista brasileira, presidida por João Goulart e que teve Tancredo Neves como Primeiro Ministro. Foi naquela ocasião, um breve período de tempo na vida nacional brasileira, a rigor só iniciada em 1889, com o período republicano, que San Tiago deu sequência e coerência à Política Externa Independente, cujas linhas mestras ele próprio havia delineado.

Entre os meses de janeiro e junho de 1963, assumiu o Ministério da Fazenda do governo de João Goulart, que, naquele momento, já tinha voltado a ser presidencialista. Na qualidade de Ministro da Fazenda concentrou sua ação no combate à inflação, porém, sempre advertindo que a estabilidade financeira só faria sentido se acompanhada de políticas de reforma social⁴. Ao longo de todo esse período liderou algumas importantes missões no exterior, mas, em 1962, viu sua candidatura ao cargo de Primeiro Ministro ser rejeitada pelo Congresso Nacional, ainda que sua campanha houvesse sido premiada com impressionante ovação por aquele mesmo Congresso, e tivesse recebido, na época, o título “Homem de Visão 1963”⁵.

II

Ao retornar à arena política, em meados dos anos cinquenta, San Tiago se inscreveu como um dos principais protagonistas do grande debate sobre o desenvolvimento brasileiro, que já vinha se dando desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Na segunda metade da década de quarenta, assistiu-se ao embate entre o liberal Eugênio Gudin e o industrialista Roberto Simonsen. Enquanto este defendia a elaboração de políticas governamentais de decidido apoio à industrialização do país, o primeiro considerava que deveriam ser as forças do mercado a decidir o caminho da economia nacional⁶. Na primeira metade da década de cinquenta, a discussão evoluiu para o que o Professor Severino Cabral denomina de uma “essência nova do Ser nacional brasileiro”, que

consistiu, fundamentalmente, “em compreender o papel e a posição do Brasil no sistema internacional, a partir do ciclo de industrialização inaugurado pela Era Vargas e que, ao longo do governo Juscelino Kubitschek, assiste à aceleração e maturidade da etapa de construção do maior parque industrial do hemisfério sul”⁷.

Embora tenha participado do debate entre os economistas perfilando com as ideias industrialistas de Roberto Simonsen, foi na defesa relativa à estratégia do desenvolvimento nacional que o pensamento de San Tiago se projetou com pleno vigor. Os conhecedores de sua obra são unânimes em afirmar que, das intervenções que realizou, dois textos, em particular, são fundamentais na estruturação do que Jaguaribe⁸ entende como “um grande projeto reformista, de cunho social-democrático”, para o Brasil. Esses textos têm os títulos de “Dom Quixote: Um Apólogo da Alma Ocidental” e “Rui e a renovação da sociedade”. O primeiro foi escrito em 1947, quando se comemorou o IV Centenário do “Dom Quixote” de Cervantes. Considerado obra-prima da ensaística nacional, nele San Tiago investiga o conteúdo simbólico contido na obra do escritor espanhol. O segundo texto, também apresentado em forma de conferência em 1949, diz respeito ao grande jurista brasileiro Rui Barbosa, fervoroso defensor dos princípios liberais, e que se destacou também como representante do Brasil na Conferência de Haia sobre o Desarmamento, em 1907, quando defendeu o princípio da igualdade jurídica das nações.

Sem alimentar a pretensão de dizer qualquer coisa de novo sobre matéria a qual se dedicaram as mais expressivas inteligências já aqui citadas, não parece desprovido de razão observar que o objeto de atenção na leitura desses dois magníficos textos, é, sem dúvida, que as qualidades ressaltadas e valorizadas por San Tiago neles, na realidade, são seus atributos. Ou seja, princípios que irão marcar sua atuação como ideólogo e como político prático.

A respeito de Rui Barbosa, deixa de lado os traços que se tornaram sua marca, isto é, “a doutrina liberal e o culto do direito”⁹, para se concentrar no exame da passagem do jurista pelo Ministério da Fazenda do Governo Provisório (1889-1891). Debruçando-se justamente sobre aquele momento da sua vida pública, considerado o menos feliz, devido à inflação e à especulação desenfreada que causaram suas decisões à

frente do Ministério. Ele identifica e exalta o objetivo de Rui Barbosa de promover “progresso econômico, enriquecimento, ampliação e diversificação do trabalho brasileiro, técnica, iniciativa, renovação das lasses dirigentes, reforma social”¹⁰. Como enfatiza em outro momento de sua análise: “Se é certo que suas reformas econômicas impunham sacrifícios e poupanças forçadas à classe agrária, em benefício da burguesia nascente, empenhada na diversificação da economia do país, nem por isso ele desconheceu a importância das exportações, sobre que assentava, como ainda hoje, a riqueza de um país sem mercado interno, e dependendo para o sustento de sua população, de compras substanciais do exterior”¹¹. Pela importância que Rui Barbosa atribuía ao estudo e à educação, bem como o valor que dava ao trabalho e ao respeito às leis, San Tiago sintetiza seu exame formulando a ideia de que Rui distinguiu-se como autêntico defensor da promoção social da classe média, por isso mesmo um verdadeiro “reformador social”.

Não por acaso, assinala no Dom Quixote de Cervantes a imensa capacidade do personagem de acreditar em si mesmo. Embora para todos um louco, Dom Quixote é, na interpretação de San Tiago, a verdadeira encarnação do espírito do homem moderno, especialmente o ibérico e o ibero-americano. Ou seja, aquele que persegue a realização de seu sonho com heroísmo, que se decompõe em: “o dom de si mesmo”; “a fé”; e “a pureza”¹². Contrastando a eficácia do heroísmo aparentemente fracassado de Quixote ao heroísmo utilitarista, chega ao âmago de sua apreciação, que Seabra da Cruz Jr. assimila ao “ideal kantiano, e, mais tarde, rawlsiano, do primado da justiça e da autonomia sobre os constrangimentos do Estado e sociedade. A ética do Quixote (...) é a verdadeiramente liberal, de corte deontológico, que requer o respeito resolutivo e inequívoco aos projetos de vida de outrem, por mais disparatados que pareçam”¹³. Nas próprias palavras de San Tiago:

“Cada vez que, em nossa própria vida, nos recusamos a uma *salida*, porque sabemos que o nosso ato não terá força sobre as condições externas e, assim, não poderá remover os obstáculos opostos ao nosso intento, estamos agindo contra o espírito de D. Quixote.

E cada vez que saímos para o impossível, deixando nas mãos de Deus o segredo da germinação de nossas ações, é conforme o Quixote que estamos procedendo”¹⁴.

III

A clarividência de San Tiago lhe permitia perceber, no início dos anos sessenta, que o momento era de implementação de reformas. A execução do “Programa de Metas” pelo governo Kubitschek (1956-1960), com ênfase na indústria de bens de consumo duráveis, acelerara o processo de desenvolvimento, tornando o processo de industrialização como parte da economia brasileira irreversível. O argumento, segundo o qual a vocação do Brasil era agrícola, perdera, assim, o seu sentido. O consenso industrialista, formado na década de trinta havia progredido, convertendo-se em consenso desenvolvimentista. Porém, o progresso experimentado pelo País cobrava seu preço. As perspectivas ampliavam-se, o otimismo aumentava, as cidades cresciam, a classe média robustecia-se, os salários elevavam-se, mas, as instituições precisavam se ajustar a essa nova realidade. Isto é, as reformas tornaram-se urgentes. A classe trabalhadora organizava-se em sindicatos e em movimentos sociais e os empresários, mais do que nunca, passaram a temer o comunismo. Os estudantes exigiam abertura de mais vagas nas universidades, os trabalhadores no campo e os pequenos agricultores clamavam por reforma agrária. Enfim, todos os setores da sociedade expandiam-se e apresentavam suas demandas. O problema consistia em saber quais as forças políticas que comandariam as reformas, as de esquerda ou os conservadores?

Foi, pois, nesse contexto que San Tiago apresentou seu projeto nacional. Em discurso pronunciado na tribuna da Câmara dos Deputados, quando no exercício do mandato parlamentar, em 1959, já havia sinalizado com os princípios sobre os quais entendia que deviam se realizadas as reformas:

“Se desejamos evitar que os países subdesenvolvidos de hoje apelem para o regime ditatorial, para uma ditadura de classe como base para promover o desenvolvimento econômico, o essencial é adotarmos uma política de melhor distribuição social da riqueza, distanciando menos as classes dentro da sociedade, melhorando o nível de satisfação das camadas populares, fazendo com que a riqueza se distribua de maneira mais eqüitativa, porque a grande fragilidade do regime democrático reside na desigualdade econômica não apenas considerável, mas crescente que se conserva no seu seio e que ela não encontrou os meios seguros de eliminar rapidamente”¹⁵.

Em 1963, em discurso intitulado “Idéias e Rumos”, San Tiago apresentou de maneira ainda mais articulada sua proposta de reforma. Nele, sobressai sua preocupação de combinar abrangentes e profundas mudanças sociais com procedimentos democráticos. Em suas palavras os objetivos das reformas eram os seguintes:

“1º) incorporar às aspirações do povo, partindo das próprias bases sociais, debatida e filtrada nas organizações de classe, e não outorgada pela classe dominante, expressiva apenas de uma concessão sem conciliação;

2º) enfrentar o problema vital da segurança econômica do indivíduo na sociedade; e

3º) produzir, em curto prazo e sem violência, com respeito dos direitos subjetivos, uma redistribuição de renda social, de modo que esta, através do salário, dos serviços coletivos e dos investimentos no setor público e privado, atinja a sociedade no seu todo, eleve o padrão de vida, e crie o número crescente de ocupações e atividades requeridas pelo aumento e pela ativação da população”¹⁶.

Se há uma ideia básica nestas propostas de reforma, é a da solidez da democracia política, diretamente ligada à distribuição equitativa da renda. Por outras palavras, a conservação da desigualdade da distribuição de renda conspira permanentemente contra a estabilidade das instituições. E, complementarmente à distribuição de renda, deveria ser feita uma reestruturação do sistema de ensino público para que tivesse boa qualidade. Tal como Rui Barbosa, e em consonância com a experiência de professor que tanto prezava, confiava na educação como instrumento efetivo de promoção social e democratização da sociedade.

Para se alcançar esse patamar, San Tiago considerava o Direito de essencial importância, porque não acreditava em reformas súbitas e radicais, e, sendo assim, entendia que por meio das leis e de sua observância, passo a passo, em contínuo processo de consolidação, é que se tornaria possível realizar as mudanças necessárias ao País. Segundo expressão que lhe era muito cara, “preferia as conquistas aluvionais aos saltos retumbantes”¹⁷.

IV

O exercício do cargo de Ministro das Relações Exteriores (set/1961 – jul/1962) proporcionou a San Tiago a oportunidade de dar continuidade a mudança na política externa brasileira. Portanto, a conhecida “Política Externa Independente” constituiu, no contexto dos governos Jânio Quadros/João Goulart (1961 – 1964), nítida antecipação reformista de orientação nacionalista. Apesar da política interna em geral, aquela praticada por Jânio Quadros, se caracterizar por um acento conservador, congruente, vale observar, com as ideias professadas pelos elementos dos partidos que lhe garantiam sustentação no Congresso Nacional, a política externa distinguia-se pela inovação e pela ousadia. Por outro lado, embora João Goulart, por pertencer aos quadros partidários do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), uma vez presidente, fosse identificado com as reformas de esquerda, em virtude da forte oposição conservadora que se ergueu no Congresso Nacional contra o seu governo, não conseguiu implementar reformas internas.

Brito Cruz¹⁸, numa análise caracterizada pela profundidade com que aborda seu objeto de estudo, segmenta a “Política Externa Independente” em duas orientações que se desdobram em três fases. A primeira teria sido aquela imprimida por Jânio Quadros (31/01/1961 – 25/08/1961), em que a política externa foi comandada pelo Ministro Afonso Arinos de Melo Franco. A segunda, que se seguiu ao longo do governo de João Goulart, tanto no interlúdio parlamentarista como no sistema presidencialista. A primeira fase coincide com a primeira orientação. Já a segunda orientação se divide em duas fases. A primeira fase da segunda orientação foi aquela em que a política externa esteve sob responsabilidade de San Tiago Dantas, que corresponde ao sistema republicano parlamentarista, cuja chefia foi exercida por Tancredo Neves. A terceira fase, e última, foi aquela em que a política externa recebeu a orientação do Ministro, diplomata de carreira, João Augusto de Araújo Castro (setembro a dezembro de 1963).

Ainda segundo Brito Cruz, a primeira orientação pode ser caracterizada como um “neutralismo tático”, em que “a atuação diplomática multilateral assume a característica, própria do neutralismo, de *mediação* entre as superpotências”¹⁹. Para ele, essa inclinação da política externa adviria das bem conhecidas “simpatias do presidente Jânio Quadros por De Gaulle, Nasser e Tito”²⁰. A orientação subsequente,

por sua vez, seria marcada pela substituição desse neutralismo tático por uma política de acento autonomista: o período de San Tiago, e de acento desenvolvimentista: o período de Araújo Castro.

Finalmente, para o autor citado, as explicações para a mudança de orientação na evolução da “Política Externa Independente” devem ser buscadas tanto no quadro político interno como no quadro político internacional. Ocorridas nos dois cenários políticos teriam convergido no sentido de exigir nuances na condução da política externa. A renúncia do Presidente Jânio Quadros, em agosto de 1961, é considerada como a principal causa. Isto porque, a partir de então, o Parlamento passou a exercer um maior controle sobre a execução das políticas de Estado. Além disso, Brito Cruz destaca também o menor interesse do Presidente João Goulart pela política externa. No que se refere ao cenário internacional, que o autor considera o mais importante, a Crise dos Mísseis (1962) e a *détente*, que se seguem, foram as responsáveis pela mudança. Daquele momento em diante, com as superpotências em diálogo, as questões relativas ao desenvolvimento econômico passavam a gozar prioridade na agenda internacional dos países do Terceiro Mundo, o que, em 1964, teria provado a criação da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) na Organização das Nações Unidas (ONU) ²¹.

Ainda que a interpretação de Brito Cruz para a “Política Externa Independente” seja inegavelmente arguta, sobretudo no que diz respeito à divisão em orientações diplomáticas distintas, e considerada por Gelson Fonseca Jr. como uma das mais inteligentes interpretações do Programa de Enriquecimento Instrumental (PEI) ²², o que não é pouco, caso se tenha em conta a autoridade de quem fala²³, o fato é que seu entendimento comete um pecado: o de não levar em consideração o processo de elaboração daquela mesma política. O autor apresenta a “Política Externa Independente” praticamente como uma improvisação, que nasce da tática empregada por Jânio Quadros para obter votos junto à esquerda²⁴, enquanto Fonseca Jr, por sua vez, atribui importância a San Tiago mais pelo “Seminário da Casa das Pedras” do que por qualquer outro motivo²⁵.

Permiti-se apresentar aqui como pecado um dos aspectos da interpretação da “Política Externa Independente” de Brito Cruz, que atribui a Jânio Quadros e a seu Ministro das Relações Exteriores, Afonso Arinos de Melo Franco, a formulação da PEI, e não a San Tiago a sua autoria. Talvez fosse desnecessário dizer que o fato de San Tiago ter

sido o primeiro e principal formulador da política externa, não o tenha convertido em proprietário dela. Uma vez formulados os princípios básicos da política e, para produzir o efeito desejado, dado publicidade a eles, é claro que qualquer um poderia dela lançar mão, tornando-a política de governo. E isto foi o que aconteceu com Jânio Quadros, que acompanhou muito de perto as ideias apresentadas por San Tiago ao longo do governo de Juscelino Kubitschek, já que Jânio Quadros, nesse período, cumpria mandato de governador de São Paulo, e se destacava como opositorista, protegendo os interesses dos plantadores de café daquele Estado, que se sentiam prejudicados pela política industrialista do Presidente Kubitschek.

Na verdade, como o Professor Severino Cabral revela, ainda no Governo Vargas, em março de 1953, pronunciando conferência na Escola Superior de Guerra (ESG), intitulada “O poder nacional: seus móveis, interesses e aspirações, realismo e idealismo políticos”, San Tiago apresentava uma visão muito objetiva a respeito da inserção do Brasil no sistema internacional. Ao buscar definir as metas nacionais permanentes, afirmava muito claramente que:

“(...) toda a motivação da política externa, se a observarmos, sobretudo depois da segunda grande guerra, que deu ao nosso país a consciência de país subdesenvolvido e de portador de problemas dos países subdesenvolvidos, é no sentido de uma utilização de nossas potencialidades em longo prazo e de uma abreviação desse prazo, em outras palavras, de uma política de desenvolvimento intensivo”²⁶.

Contudo, as linhas mestras daquela que veio mais tarde a ser denominada “Política Externa Independente” foram delineadas nas páginas do Jornal do Comércio, em 1957, quando esse jornal ficou sob sua direção. Portanto, muito antes de Jânio Quadros candidatar-se à presidência da República, na edição de 9 de abril desse ano, p.e., San Tiago, além de argumentar em favor do apoio brasileiro à descolonização da África, defendia enfaticamente a integração regional da América Latina e a formação de um mercado comum sul-americano:

“Diante de uma África que caminha para a expansão econômica intensiva, movida pelos capitais enviados dos países metropolitanos, a América Latina só tem uma resposta capaz de reunir o duplo requisito da elevação moral e da eficiência prática, isto é, apoiar o desenvolvimento africano, mas corrigir paralelamente a emancipação dos países coloniais ou semicoloniais, para que se igualem as condições de concorrência, e

promover a integração econômica do próprio continente americano, de modo a melhorar as nossas próprias condições”²⁷.

Não é este o lugar adequado, evidentemente, para se deter em todos os aspectos substantivos da PEI. Muito haveria a tratar, caso fosse esse o propósito. Basta lembrar difíceis questões como aquelas relativas à situação de Cuba, ao estabelecimento de relações comerciais com os então países socialistas da parte oriental da Europa, ou mesmo a nova posição adotada em face do colonialismo europeu na África, particularmente o colonialismo português. No entanto, o objetivo, como se procurou deixar claro no início, foi apresentar as ideias básicas de San Tiago Dantas, por entender que, ao combinar uma preocupação autêntica e consequente com o desenvolvimento industrial nos marcos de uma sólida democracia política e social com a projeção dos interesses nacionais brasileiros no âmbito do sistema internacional, ele indicou um caminho e inaugurou uma tradição.

Nessa perspectiva, tem-se observado esse caminho sendo percorrido, não retilineamente, é verdade, e a tradição sendo mantida ao longo das décadas de 1970 e 1980 para reacender a partir de 2003, conservando-se até o presente, sob o comando do Presidente Lula e de seu Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim.

Para finalizar, a palavra do próprio San Tiago, citando um trecho que usou para prefaciar os textos reunidos sob o título “Política Externa Independente”, publicado em 1962:

“A política exterior independente, que encontrei iniciada no Itamaraty e procurei desenvolver e sistematizar, não foi concebida como doutrina ou projetada como plano antes de ser vertida para a realidade. Os fatos precederam as idéias. As atitudes, depois de assumidas em face de situações concretas que se depararam à Chancelaria, patentearam uma coerência interna, que permitiu a sua unificação em torno de um pensamento central de governo.

Não quer isso dizer que a sua elaboração tenha sido empírica ou casual. Na origem de cada atitude, na fixação de cada linha de conduta, estava sempre presente uma constante: a consideração exclusiva do interesse do Brasil, visto como um país que aspira (i) ao desenvolvimento e à emancipação econômica e (ii) à conciliação histórica entre o regime democrático representativo e uma reforma social capaz de suprimir a opressão da classe trabalhadora pela classe proprietária.

Esse foi, desde o primeiro instante, o princípio gerador da política externa e a razão determinante de sua unidade. Passados alguns meses, em que episódios dramáticos puseram à prova a coerência e a resistência da Chancelaria, o povo brasileiro se deu conta, e todos os países compreenderam, que o Brasil havia fixado uma posição internacional, e que essa posição não era arbitrária nem provisória, mas correspondia a interesses e aspirações permanentes da nacionalidade ”²⁸.

Notas:

¹ MOREIRA, Marcílio Marques. *O Veio Humanista na Reflexão de San Tiago*. In: COELHO, José Vieira et alii. *San Tiago – Vinte Anos Depois*. Coleção Debates / 1. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985. P.23-25.

² DUTRA, Pedro. *A Razão Vencida*. In: MOREIRA, Marques Moreira, NISKIER, Niskier, REIS, Adacir (Coord.). *Atualidade de San Tiago Dantas*. São Paulo, Lettera.doc, 2007 (2ª edição). P. 13.

³ CRUZ JR., Ademar Seabra da. *Pelo Exemplo e pela Germinação: a Atualidade do Pensamento de San Tiago Dantas*. In: *Ius et Iustitia*, nº 01. Centro Universitário de Araras. Araras, São Paulo, 2004. p. 9.

⁴ DUTRA, Pedro. Op. Cit. Pp. 123-124.

⁵ MOREIRA, Marcílio Marques. *De Maquiavel a San Tiago*. Cadernos da UNB. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981. P. 64.

⁶ Como comenta Bielschowsky, “muito mais que um formulador de políticas de desenvolvimento, Gudin foi um crítico das políticas correntes. Ilustram-no suas expressivas e constantes afirmações da ideia de “que, na América latina, o desenvolvimento econômico consiste muito menos em promover novos investimentos do que em minimizar os efeitos dos erros repetidamente perpetuados por seus governantes”. Dedicou-se, sem dúvida com entusiasmo, à tarefa que considerava primordial”. BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro – O ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro, Contraponto, 1995 (2ª edição). P. 56.

⁷ CABRAL, Severino. *Brasil megaestado – Nova ordem mundial multipolar*. Rio de Janeiro,

Contraponto, 2004. P. 39.

⁸ JAGUARIBE, Hélio. *San Tiago e o Projeto Nacional*. In: COELHO, José Vieira et alii. Op. Cit. P. 45.

⁹ DANTAS, San Tiago. *Dois Momentos de Rui Barbosa – Conferências*. Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 1949. P. 45.

¹⁰ Ibidem.

¹¹ Ibidem. P. 35.

¹² DANTAS, San Tiago. *Dom Quixote: Um Apólogo da Alma Ocidental*. In: Humanidades, Vol. 01, Nº 03. Brasília, Universidade de Brasília, abril/junho 1983. P. 10.

¹³ CRUZ JR., Ademar Seabra da. Op. Cit. P. 19.

¹⁴ DANTAS, San Tiago. *Dom Quixote: Um Apólogo da Alma Ocidental*. Op. Cit. P. 10.

¹⁵ Apud. MOREIRA, Marcílio Marques. *De Maquiavel a San Tiago*. Op. Cit. P. 68.

¹⁶ Apud. Ibidem. P. 69.

¹⁷ MOREIRA, Marcílio Marques. *O Veio Humanista na Reflexão de San Tiago*. In: COELHO, José Vieira et alii. Op. Cit. P. 27.

¹⁸ BRITO CRUZ, José Humberto de. *Aspectos da Evolução da Diplomacia Brasileira no Período da Política Externa Independente (1961-1964)*. In: DANESE, Sérgio França (Org.). *Ensaio de História Diplomática do Brasil (1930-1986)*. Cadernos do IPRI nº 2. Brasília, Funag/IPRI, 1989. Pp. 65-78).

¹⁹ Ibidem. P. 67.

²⁰ Ibidem. P. 75.

²¹ Ibidem. P. 73.

²² FONSECA JR., Gelson. *Os colóquios da Casa das Pedras: argumentos da diplomacia*

de San Tiago Dantas. In: Cadernos do CHDD-Centro de História e Documentação Diplomática. Ano 6, Nº 11. Rio de Janeiro, Fundação Alexandre de Gusmão, Segundo semestre de 2007.

²³ O Embaixador Gelson Fonseca Jr., além de exercer suas atividades diplomáticas com brilho, tem dado grande contribuição ao conhecimento das Relações Internacionais e da Política Externa Brasileira ao editar e produzir textos de alta qualidade acadêmica, como, p.e., *A Legitimidade e Outras Questões Internacionais – Poder e Ética entre as Nações*. São Paulo, Paz e Terra, 1998.

²⁴ “Originário de uma coalização conservadora, o governo JQ havia utilizado a PEI como instrumento de cooptação de setores da esquerda nacionalista. Assim, embora a “nova política externa” já fosse alvo de críticas (e pretexto para a defecção da UDN lacerdista), não é absurdo supor que ela cumprisse em alguma medida a função de alargar o esquema de sustentação do Presidente – tanto mais porque a eficácia da liderança bonapartista é potenciada pela teatralidade dos gestos simbólicos em que é pródiga a política externa”. BRITO CRUZ, José Humberto. Op. Cit. P. 70-71.

²⁵ O Seminário da Casa das Pedras foi organizado por San Tiago Dantas em novembro de 1961, após ter assumido o Ministério das Relações Exteriores. Dele participaram os principais diplomatas que compunham a equipe do Ministro. O objetivo era discutir e tomar posição em relação às principais questões relativas à agenda internacional do Brasil.

²⁶ Apud. CABRAL, Severino. Op. Cit. P. 44.

²⁷ Apud. GONÇALVES, Williams da Silva. *O Realismo da Fraternidade: Brasil-Portugal – Do Tratado de Amizade ao Caso Delgado*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais/Universidade de Lisboa, 2003. P. 215.

²⁸ DANTAS, San Tiago. *Política Externa Independente*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1962. P. 5.